

3 de Agosto 2020
Segunda-feira
Semanário - Ano 5
Nº 220
Director-Geral
Evaristo Mulaza



ENCOMENDA NÃO FOI CANCELADA

Boeing prolonga entrega de aeronaves à TAAG para 2025

AVIAÇÃO. Fonte da construtora norte-americana antecipa, ao VALOR, que Angola não oficializou, até ao momento, o cancelamento das encomendas, de modo que as entregas se mantêm, mas agora esticadas para até 2025. Pág. 10

Omapatalo ameaçada com tribunal por abandono de obra

Pág. 24

27% dos turistas vêm de Portugal

Pág. 6



UMAPE FOI APRESENTADA COMO UM ÓRGÃO 'SEM CUSTOS'

Governo gasta mais de 8 milhões USD para equipar novo 'monitor'

INVESTIMENTO PÚBLICO. Quando o Governo apresentou, há pouco mais de três meses, a Unidade de Monitorização e Acompanhamento de Projectos do Executivo, ficou a promessa de que a estrutura não seria uma espécie de um novo órgão para onerar o Estado. As garantias foram do ministro de Estado e chefe da Casa Civil. Na última semana, o Presidente da República aprovou, entretanto, uma despesa de 4,8 mil milhões de kwanzas (mais de 8 milhões de dólares) destinada ao equipamento da estrutura.

Págs. 4



UMAPE PARA QUÊ?

É mais um passo em falso que intensifica as contradições que fazem marca no Governo de João Lourenço. Enquanto consentia o recuo da famigerada clínica dentária e da biblioteca do Palácio, o Presidente da República autorizava uma despesa de 4,8 mil milhões de kwanzas para o apetrechamento da Unidade de Monitorização e Acompanhamento de Projectos do Executivo (Umape). Qualquer coisa acima dos 8,0 milhões de dólares, ao câmbio actualizado do Banco Nacional de Angola.

Para se ter ideia do quão desconcertantes são os gastos com o equipamento da Umape, é preciso situar, no contexto, o propósito desta nova estrutura, referida, pela primeira vez, em Novembro do ano passado. E, mais do que isso, recuar às ‘promessas parcimoniosas’ do ministro de Estado e chefe da Casa Civil quando apresentou a unidade em Abril deste ano.

Comecemos pelo objectivo. “Coligir e organizar, em tempo real, as informações necessárias sobre o estado de execução dos projectos do Executivo, de modo a agilizar a tomada de decisões em tempo útil do Titular do Poder Executivo; identificar e resolver, oportunamente, os eventuais riscos e constrangimentos verificados na implementação dos projectos, através da gestão par-

tilhada e concertada das diversas etapas da sua execução”. Na prática, o Presidente juntou os seus quatro ministros de Estado, três ministros e dois dos seus secretários numa estrutura nova para lhe prestarem “informações fidedignas e oportunas” que o ajudem a decidir de forma “célere”. A mensagem de Lourenço para os seus auxiliares é naturalmente confrangedora. Não só os ministérios, com toda a sua estrutura de decisores (ministro, secretários de Estado e directores nacionais), são incapazes de produzir informação fidedigna e oportuna, assim como a própria Casa Civil, com todos os assessores que junta e da qual se espera a coordenação geral dos trabalhos dos ministérios, não é capaz, sozinha, de fornecer dados “fidedignos e oportunos” ao Presidente. A coordenação da Umape pelo ministro de Estado e da Coordenação Económica representa, aliás, um esvaziamento da esfera de actuação do chefe da Casa Civil.

Mas, por ironia, foi justamente Adão de Almeida que fez questão de se antecipar às eventuais críticas à Umape. Em finais de Abril, após a criação da unidade, o ministro de Estado e chefe da Casa Civil garantiu que não se tratava de um órgão novo; que não era uma espécie de ministério. A preocupação primeira de Adão de Almeida era, na verdade, vender a ideia de que a Umape não seria um novo sorvedouro de recursos públicos. Foram precisos apenas três meses para, entretanto, a promessa cair por terra. Num contexto de fortes restrições orçamentais, o Presidente autoriza gastos superiores ao que canaliza, por exemplo, para o programa de desenvolvimento da educação pré-escolar ou para o plano nacional de formação de quadros apenas para equipar uma unidade, cujo trabalho é justamente a tarefa mais importante que competiria à Casa Civil. Não é apenas contraditório, roça a afronta.



Mário Mujetes © VE



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira

Redacção: Antunes Zongo, Isabel Dinis, Júlio Gomes, Guilherme Francisco e Suely de Melo

Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, EY e Mário Paiva

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Geovana Fernandes

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e

Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes

Tel.: +244941784790-(1)-(2)

N° de Contribuinte: 5401180721

N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514

E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



PAULO BALADELLI,
ex-representante da ONU em Angola

Como se sente com o fim da missão?

O sentimento é de dever cumprido, mas também uma ansiedade para fazer mais. Ou seja, para que as Nações Unidas, realmente, possam apoiar o povo angolano para atingir o progresso e o bem-estar.

Em nove anos em Angola, conseguiu contribuir de alguma forma nesse sentido?

Esse é um julgamento que devia ser feito pelos outros. É um exercício difícil para a pessoa dizer se, efectivamente, conseguiu. Mas, evidentemente, pus todas as minhas energias, conhecimentos e habilidades a favor das instituições e dos angolanos. E acho que fiz o que devia fazer. O sentimento é de gratidão.

Que país deixa?

É uma Angola que fez muito caminho em termos de infra-estruturas, mas precisa de fazer neste momento um grande investimento no capital humano. Para que a população consiga acompanhar, de forma completa, o desenvolvimento da infra-estrutura e o progresso do país. Pensamos que o petróleo e os diamantes são as riquezas do país, mas, na realidade, a riqueza fundamental é o povo. É este (povo) que pode desenvolver o país.

28 TERÇA - FEIRA

O ministro das Relações Exteriores, Tété António, reconhece que a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) é a organização menos activa na integração regional, havendo necessidade de reformas para a dinamizar.

29 QUARTA - FEIRA

O BNA inicia um inquérito às empresas do sector produtivo sobre o impacto do ajustamento cambial. O inquérito semestral tem por objectivo aferir as mudanças nos processos produtivos das empresas face ao câmbio flutuante.

30 QUINTA - FEIRA

A nota de 200 kwanzas é a primeira da nova família do kwanza 'série 2020' que volta a entrar em circulação, depois de retiradas em 2015. O BNA assegura ter colocado à disposição dos bancos e delegações regionais "quantidades suficientes".



31 SEXTA - FEIRA

A PGR entrega as empresas de comunicação social privadas do grupo Media Nova ao Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social.



25 SÁBADO

O novo Código de Imposto sobre o Rendimento de Trabalho (IRT), aprovado pela Assembleia Nacional em Junho, é promulgado e publicado em Diário da República.



26 DOMINGO

A embaixadora angolana na Itália, Maria de Fátima Jardim, defende acções conjuntas para a captação de investimentos nas energias renováveis, no âmbito do reforço da cooperação económica entre os dois países.



COTAÇÃO



BRENT COMEÇA A SEMANA A CAIR...

O Brent, referência às exportações angolanas, começou a semana em queda, ao descer no mercado de Londres 0,32% para 43,38 dólares. Enquanto em Nova Iorque caía para 0,40%, a negociar a 40,11, depois de ter fechado a semana anterior nos 43,30 dólares. Já o WTI, referência para os Estados Unidos, iniciou a semana com ganhos de 2,01%, ao negociar a entrega para Setembro a 41,08 dólares por barril.



BOLSAS EUROPEIAS EM ALTA...

As notícias de expansão da indústria no continente europeu depois de ser duramente assolada pela covid-19 animaram a bolsa da Europa nesta segunda-feira, com o índice pan-europeu Stoxx 600 a encerrar com ganhos de 2,05%.

Economia/Política

COM GASTOS DE 4,8 MIL MILHÕES KZ

Governo deixa cair promessa de não fazer da UMAPE um novo dispêndio público



Manuel Nunes Júnior, ministro de Estado para a Coordenação Económica, coordena a Umape.

INVESTIMENTO PÚBLICO. Três meses depois da aprovação da entidade e da garantia de que a mesma não representaria custos adicionais às despesas públicas, Presidente João Lourenço aprova o primeiro gasto da Unidade de Monitorização e Acompanhamento de Projectos do Executivo.

Por César Silveira

A aprovação, pelo Presidente João Lourenço, de uma despesa de 4,8 mil milhões de kwanzas (mais de 8 milhões de dólares) para a aquisição de infra-estruturas tecnológicas, equipamentos e serviços de implementação e manutenção para a Unidade de Monitorização e Acompanhamento de Projectos do Exe-

cutivo (Umape) deita por terra a promessa de que a unidade não seria mais um órgão para dispêndio de recursos públicos.

A promessa foi feita, a 29 de Abril, pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do PR, Adão de Almeida, à margem da sessão do Conselho de Ministro que aprovou a criação da Umape, cuja missão é a monitorização de projectos estruturantes ou de especial impacto nacional ou local, através de um sistema de recolha, compilação e organização de informações de suporte ao processo decisório.

“A unidade pretende, antes de

mais, suprir um vazio que havia no que diz respeito à capacidade de acompanhamento de certos projectos e vai acompanhar apenas projectos considerados estratégicos e prioritários, de acordo com decisão do Titular do Poder Executivo”, disse, na ocasião, Adão de Almeida, acrescentando que a criação desta unidade não pressupunha a criação de uma nova entidade com personalidade jurídica própria, não representando, por isso, dispêndio de recursos públicos. O ministro de Estado explicou ainda, na altura, que o serviço, a funcionar junto dos órgãos do Presidente da Repu-

0,03% do OGE e supera construção de 1000 casas

Se comparado a proposta do Orçamento Geral do Estado, o valor aprovado representa cerca de 0,03% das despesas por programa e supera a verba disponibilizada para programas como desenvolvimento da educação pré-escolar (390.243,9 mil), plano nacional de formação de quadros (1.219,1 milhões), melhoria do ambiente de negócios e concorrência (3.250,8 mil) assim como para o apoio à produção, substituição das importações e diversificação das exportações (682.493,2 mil). Supera também o valor disponibilizado para a construção de mil casas sociais e infraestruturas em Lunda (172.397,3 mil).

ções, Tecnologias de Informação e Comunicação Social.

É UM ÓRGÃO COMPLETAMENTE DISPENSÁVEL

A criação da entidade, entretanto, não colheu consenso da sociedade, havendo uma corrente que defende não ter sentido fazer parte da equipa de monitorização, as mesmas entidades que participam na aprovação dos projectos.

Por exemplo, o economista Carlos Vaz considera a referida unidade “completamente dispensável”, sugerindo que a sua criação mostra que o “governo não aprendeu com o passado porque insiste neste emaranhado de unidades, conselheiros, entidades, conselheiros para fazer coisas que são atribuições dos próprios auxiliares do Titular do Poder Executivo”.

“Basta que cada um faça bem o seu trabalho no âmbito da concessão, do planeamento, execução dos projectos de investimentos públicos e, depois, no âmbito da fiscalização”, argumentou o docente e investigador do Centro de Estudos e Investigação da Universidade Católica.

Carlos Vaz salienta que as pessoas nomeadas para constituir a unidade “por natureza, pela função que exercem, têm o dever de manter o Presidente da República informado sobre os projectos do Executivo”.

Dirigida pelo ministro de Estado para a Coordenação Económica, a Umape é integrada também pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil, pela ministra de Estado para a Área Social, pelo ministro de Estado e Chefe da Casa de Segurança do PR, assim como os ministros das Finanças, Economia e Planeamento e o da Administração e Território. Podem ainda ser convidados responsáveis da administração central e local ou outras entidades para participarem das reuniões do conselho de coordenação da Umape.

ASSOCIAÇÃO AGRO-PECUÁRIA, COMERCIAL E INDUSTRIAL DA HUÍLA prevê realizar exposições sectoriais em períodos alternados para atenuar os prejuízos derivados do cancelamento da Expo-Huíla/2020. Paulo Gaspar, presidente da AAPCIL avança que em Dezembro acontecem as feiras do milho e da batata.



ENTRA EM VIGOR EM SETEMBRO

Novo IRT recebe críticas por desestimular o consumo

IMPOSTO. Especialistas divergem quanto ao pagamento do imposto por militares e polícias, mas concordam sobre o impacto negativo que terá no poder de compra dos consumidores.

Por Júlio Gomes

Tabela do novo IRT

Salários	taxas
170.001 a 100.000 kwanzas	10%
100.001 a 150.000 kwanzas	13%
150.001 a 200.000 kwanzas	13%
200.001 a 300.000 kwanzas	18%
300.001 a 500.000 kwanzas	19%
500.001 a 1.000.000 kwanzas	20%
1.000.001 a 10.000.000 kwanzas	21% a 25%

O novo Código de Imposto sobre Rendimento de Trabalho (IRT), que entra em vigor a 1 de Setembro, é alvo de opiniões divergentes de vários agentes económicos, mas que se mostram todos contra o instrumento tributário.

Considerado-o “um erro” do Executivo, o economista Eliseu Gaspar afirmou que o imposto sobre salários das forças de defesa e segurança “não faz sentido”, fundamentando que os militares, em situação de calamidade, guerra ou outro

covid-19, o que o país menos precisa é de desestimular o consumo. “Todas as medidas que tendem a reduzir a capacidade do salário reduzem o consumo”, insiste o empresário, acrescentando que “o problema do país é o endividamento público, a falta de produtividade da administração pública, que bloqueia a iniciativa privada, por proteger o interesse partidário”.

“Quando alguém perguntou a Staline, enquanto dirigente máximo da ex-URRS, sobre como conseguiria controlar o povo, ele disse: Traga-me um frango e depene-o. Feito isso, foi para um pátio ensolarado ordenou que soltassem o frango ao sol e se afastassem, deixando-o sozinho com o frango no pátio ensolarado. O coitadinho do frango depenado, não vendo outra sombra para se proteger do sol, foi abrigar-se na sombra de Staline. Então ele disse, assim dominarei o povo”, compara, assinalando que “a política económica do actual Executivo parece seguir essa filosofia de Staline, empobrecer o povo para melhor o dominar”.

Mas o economista Sapalo António contraria e afirma que todo o rendimento, de militares ou de policiais, deve ser tributado. Considera que, no actual contexto de crise, “o novo código fragiliza o consumo”, por isso defende que “o IRT não devia ser muito elevado”. Escusando-se a avançar um tecto, Sapalo António sublinha que “careceria de um estudo em função da nossa realidade socioeconómica”.

“Temos de ir na lógica: cada serviço é especial. O militar ou o polícia são especiais, mas são trabalhadores. O mesmo acontece com os jornalistas que, no exercício das funções, também são sacrificados. Isso não é grátis, recebem em função disso uma remuneração sobre a qual deve incidir um imposto que reverte a favor do Estado para alocar a outros sectores carenciados”, acrescentou.

O novo código que apresenta uma tabela de rendimento com 13 escalões, com taxas que variam dos 10% a 25%, aumenta a carga fiscal para funcionários que tenham salários acima de 200 mil kwanzas. Neste código actualizado, militares e polícias passam a pagar o IRT, quando antes estavam isentos.

infortúnio qualquer são obrigados a ficar aquartelados e de prevenção. “Não têm fim-de-semana ou feriado, o que não acontece com outros trabalhadores”, reforça.

Referindo que as forças de defesa e segurança representam “um sector sensível em qualquer sociedade”, o também vice-presidente da Associação Industrial Angolana (AIA) aponta ainda que “o Executivo devia abrandar na tomada de medidas, para desagravar o caos que já se apoderou de muitas famílias”.

O empresário Fidelino Queiroz também é contra o novo IRT. “Parece que eles [equipa económica] não têm noção do que andam a fazer”, critica, argumentado que, em meio à crise económica, agravada com a

Economia/Política

ESTUDO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA E PLANEAMENTO

Portugal garante 27% dos turistas em Angola

TURISMO. Internet, vistos e cultura pouco explorada continuam a fazer parte dos constrangimentos do sector. São dados de 2019, mas estudo já alerta para as consequências da covid-19.

Por Isabel Dinis

O turismo doméstico em Angola domina a procura, representando cerca de 70% do total de turistas, e o país continua a não registar uma diversificação de turistas internacionais. Destes, a proveniência portuguesa continua a ter destaque.

A ausência do turismo internacional tem “compensado, de certa forma”, os empresários “no estado actual da pandemia”, visto que “esta situação, de domínio do turismo interno, representa uma verdadeira mais-valia para Angola superar rapidamente as restrições impostas pela covid-19”, lê-se no estudo elaborado pelo Ministério da Economia e Planeamento.

O estudo dá conta que, dos cerca de 217,7 mil turistas que visitaram Angola no ano passado, cerca de 27% vieram de Portugal. Os restantes dividem-se pelo resto do mundo que detém a maior fatia, 42%. Depois de Portugal, seguem-se o Brasil e a China, cada um com 9% de turistas.

ANGOLA QUASE NA CAUDA

O estudo dá ainda conta que “Angola não tem acompanhado” a forma “sustentada” como o turismo tem crescido internacionalmente quer em receitas, quer em número de turistas, sublinhando que “o peso do turismo no PIB é reduzido”, tendo sido, em 2018, menos de 1%. “Esta situação é tanto mais grave quanto os países da região apresentam todos uma contribuição do turismo no PIB bastante superior a Angola”, destaca o relatório.



Brasileiros e chineses seguem-se no ranking dos turistas.

Mário Nijétes © VE

61

Por cento dos alojamentos em Angola estão concentrados em Luanda.

O estudo indica alguns constrangimentos que justificam a pouca atractividade do turismo nacional, destacando a pouca divulgação externa do destino, sobretudo pelas redes sociais e outros meios de comunicação. “O que leva a um certo desconhecimento por parte de muitos potenciais turistas sobre este destino.”

A pouca capacidade da rede de internet em várias províncias, limitando a atracção dos segmentos mais

jóvens, a cultura que se encontra pouco explorada e a morosidade dos vistos são outras das justificações apontadas.

LUANDA CONCENTRA ALOJAMENTOS

A capacidade de alojamento do turismo em Angola está concentrada essencialmente em três províncias: Luanda, Benguela e Huíla. Há 1.577 alojamentos pelo país. Deste número, 61% encontra-se em Luanda e 41% em Benguela. 89% dos alojamentos são hospedarias.

Apesar de a maior parte serem hospedarias, os hotéis têm maior peso no que toca ao número de quartos e camas oferecidas, empregando também mais funcionários. Ao todo, os hotéis disponibilizam 31.561 quartos e empregam 30.929 pessoas.

ENCONTRO COM FMI

Obrigações angolanas em queda

Os eurobonds de Angola caíram para um máximo de três semanas, depois da decisão do FMI de adiar uma reunião com as autoridades angolanas, que deveria decorrer na passada quinta-feira.

Citado pela Bloomberg, um porta-voz da organização sediada em Washington, sem avançar muitos dados, revelou que o encontro foi adiado para dar mais tempo ao FMI para trabalhar com as autoridades angolanas. Estimou que o encontro poderá acontecer assim que os membros do FMI retornarem de uma quarentena de duas semanas.

O rendimento dos títulos de 2025, em dólares, do país subiu 28 pontos base, para 11,82%, o maior aumento desde 10 de Julho.

No encontro, seria discutida a intenção do Governo de aumentar para 4,5 mil milhões o financiamento já aprovado de 3,7 mil milhões. Na verdade, 4,5 mil milhões de dólares foi o valor que Angola solicitou ao FMI em 2018, mas, depois das negociações, foi aprovado o pacote de 3,7 mil milhões de dólares, dos quais já foram entregues 1,48 mil milhões em duas tranches.



NOVOS PLANOS DE DADOS EMPRESARIAIS

Trabalhe
em qualquer
lugar, mantendo
a sua empresa
sempre ligada
e mais
produtiva.

**OFERTA
DE NOVOS
PLANOS
DE DADOS**

1GB

8GB

50GB

2GB

16GB

4GB

25GB

CALL CENTER
EMPRESAS
19 300

OU POR EMAIL
empresas@unitel.co.ao

Mercados & Negócios

EXERCÍCIO DE 2019 DA AEROVIA E DA SIMPORTEX

Audidores põem em xeque contas de empresas da Defesa

RELATÓRIO. Escusa e falta de parecer dos auditores marcam os relatórios e contas das duas empresas da Defesa que, entretanto, apresentam resultados positivos.

Por César Silveira

As duas empresas ligadas ao Ministério da Defesa que constam entre as 60 públicas que apresentaram os respectivos relatórios e contas, nomeadamente a Aerovia e a Simportex, indiciam graves défices de gestão, considerando que a primeira recebeu escusa de opinião do auditor independente, enquanto a segunda apresentou o relatório sem o parecer do auditor externo.

No caso da Aerovia, o auditor independente, Bakertilly, justificou a escusa por não obter “prova de auditoria suficiente e apropriada para expressar uma opinião de auditoria”, detalhando as razões em 27 pontos.

Entre os vários registos, o auditor realça que a Empresa Nacional de Construção de Aeródromos e Estradas não está dotada de tecnologia de informação actualizada que cumpram os requisitos preconizados na lei das facturas e documentos equivalentes. E não detém também procedimentos internos tipificados para os diversos ciclos do negócio.

A auditora dá ainda conta que, em relação à rubrica de meios fixos e investimentos, a empresa não detém um cadastro de imobilizados de acordo com o preconizando, salientando que “existe um inventário analítico dos bens patrimoniais do Estado feitos para o exercício 2016, aprovado em 2017, mas este mesmo inventário não foi actualizado sucessivamente até 2019, em que contemplassem todas as aquisições e abates feitos nos últimos três anos”.

	February 3, 2018 (d)	January 28, 2017	January 26, 2016	January 31, 2015
Statement Data				
sales (including buying, operation, and occupancy costs)	\$ 913,380			\$ 1,133,142
profit	533,357	205,933	212,282	507,332
expenses	380,023	38,475	39,282	2,688
and administrative expenses	20,778	152,760	229,588	1,671
from operations	407	3,511	5,236	723
come, net	9,485	156,271	234,824	996
before income taxes	9,778	58,310	87,541	132
on for income taxes	\$ 9,707	\$ 97,961	\$ 147,283	\$ 564
ome	\$ 1,86	\$ 2.04	\$ 3.06	\$ 3.39
arnings per share	\$ 1.85	\$ 2.03	\$ 3.06	\$ 3.38
arnings per share	\$ 1.75	\$ 1.75	\$ 1.94	\$ 3.66
nds declared per share (a)				
Operating Data				
open at end of period				
re sales per square foot				
re sales per store (000's)				
available store sales ch				
Sheet Data				
	\$ 262,678	\$ 287,841	\$ 255,271	\$ 21
	\$ 21,453	\$ 18,092	\$ 33,826	\$
	\$ 138,116	\$ 179,847	\$ 172,773	\$
	\$ 393,244	\$ 430,539	\$ 412,643	\$

94,4

Por cento, taxa de redução do resultado líquido da Aerovia em 2019.

MEMORIZE

● O auditor externo Bakertilly justificou a escusa com a ausência de provas de auditoria suficientes e apropriada para expressar uma opinião de auditoria e detalhou as lacunas em 27 pontos, destacando, entre outras, a ausência de cadastros de imobilizados.

Ainda sobre os meios fixos e investimentos, salienta, “não foi possível avaliar a titularidade desses mesmos meios activos pelo facto de não existirem escrituras nem registos na conservatória predial no que se refere às rubricas de terrenos que representam um valor de 9.027.283 de edifícios e outras construções que representam 2.012.526.140 kwanzas”. “Na rubrica de equipamentos básico, verificámos que representa 4.191.142.143, sendo que existe dentro desta uma sub-rubrica de outros equipamentos básicos que representam 99,43% da rubrica e das quais não existe uma relação, decomposição completa.”

No equipamento de carga e transporte que representa cerca de 648,8 milhões de kwanzas, de acordo com o auditor, “não existe uma desagregação das viaturas

pesadas e ligeiras de passageiros, decompostas por matrícula e/ou número de chassi, actual localização dos mesmos, bem como dos funcionários devidamente credenciados para a utilização”.

Por estas situações, justifica o auditor, “não é possível validar a integridade do saldo das amortizações acumuladas e, por conseguinte, do imobilizado líquido da Aerovia”

FALTA DE RESPOSTAS PARA RECONCILIAR DAS CONTAS

No que diz respeito aos investimentos financeiros no valor de cerca de 294 milhões de kwanzas, a Bakertilly auditora destaca que não recebeu “da circularização efectuada a esta instituição financeira qualquer resposta ou confirmação externa” que permitisse validar os referidos

investimentos.

Da análise à conta a terceiros, o auditor não obteve qualquer resposta que permitisse uma confirmação externa dos saldos, nem a possibilidade de realizar procedimentos alternativos.

Por outra, “varias situações presentes e anteriores que podem vir no futuro a ser questionadas pelas autoridades fiscais” no que diz respeito às contas do Estado. É o caso da “não liquidação do imposto do selo sobre a totalidade dos recebimentos de clientes anteriores a 1 de Outubro de 2019 ou que tenham sido facturados com data anterior embora recebidos posteriormente”. Neste capítulo, entre outras, a auditora destaca ainda que a empresa não está a proceder ao registo e pagamento da segurança social quer ao trabalhador, quer à entidade patronal.

No período em análise, a empresa apresenta resultado líquido de 5,7 milhões de kwanzas, representando uma redução de mais de 94,4% comparativamente aos mais de 103 milhões de kwanzas de 2018.

SIMPORTEX ‘IGNORA’ AUDITORIA EXTERNA

Por seu turno, a Simportex, empresa com responsabilidades na gestão contratual e logística das necessidades de abastecimento e reapetrechamento da Defesa Nacional, apresentou o respectivo relatório sem o parecer do auditor independente. A referida prática, de resto, constatou-se em outras das 60 empresas públicas que apresentaram os relatórios ao Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (Igabe).

Em 2019, a Simportex apresentou um resultado líquido positivo de cerca de 960,3 milhões de kwanzas, um aumento de 21,6% face ao exercício de 2019.

A CADEIA SUL-AFRICANA de retalho, Shoptite, anunciou a descontinuidade das suas operações na Nigéria, mercado que, durante anos, concorreu com o angolano na liderança das operações do grupo fora da África do Sul.



Isabel dos Santos,
empresária

TROCA DE COMUNICADOS AQUECE DIVERGÊNCIAS

Unitel e Vidatel ainda com contas por ajustar

DÍVIDAS. Comunicados das duas deixam claro que existem dívidas por saldar. Mas há uma acesa troca de argumentos.

Por César Silveira

A

semana passada ficou marcada por trocas de comunicados entre a Unitel e a Vidatel, accionista da operadora telefónica com 25%, numa referência a alegadas contas por ajustar entre ambas.

A Unitel reconheceu que a Vidatel tem dividendos por receber, ao mesmo tempo que reclamou de uma outra empresa de Isabel dos Santos, a Unitel Inter-

national Holdings BV, que não é accionista, um empréstimo realizado entre 2012 e 2013.

As divergências continuam em relação a uma suposta dívida da Unitel para com a Vidatel, resultante de um acordo de provimento no valor de 322 milhões de dólares e ainda sobre as razões do não pagamento dos dividendos.

Diversas notícias que antecederam ao dia marcado para a assembleia-geral dos accionistas, 27 de Julho, foram dando conta das supostas transferências, beneficiando Isabel dos Santos e a Vidatel.

A empresária reagiu. Além de negar as referidas transferências, Isabel dos Santos assegurou

MEMORIZE

● **Vidatel tem** por receber dividendos de mais de 89 mil milhões de Kwanzas. Unitel justifica a não transferência com razões alheias, explicação não aceite por Isabel dos Santos com recurso a lei das sociedades comerciais.

que era a operadora quem tinha pendentes financeiros para com a Vidatel. Garantiu ainda que, além de dividendos, a operadora deve cerca de 322 milhões de dólares resultantes de acordos de provimentos. “Nas con-

tas referentes a 2016, consta que o valor registado no accionista Vidatel, além dos dividendos em dívidas que transitam de 2015, incluem o valor de 322 milhões que resultam do término em 2016 que é ainda referente ao acordo de suprimento efectuado entre a empresa e o accionista em 2014”, garantiu a empresária ao VALOR, na sequência de notícias que davam conta de dívidas para com a companhia, resultante de transferências ilegais, enquanto liderava a empresa.

A operadora, por sua vez, garante que “não existe qualquer contrato de suprimentos da accionista Vidatel com a Unitel”,

no Relatório de Gestão e as Contas, relativas a 2019 “auditadas e aprovadas em assembleia-geral realizada no passado dia 27 de Julho de 2020”.

Admite, no entanto, pendentes referentes à falta de transferência de dividendos e juros à Vidatel no valor de mais de 89,1 mil milhões de kwanzas, sublinhando que a razão para esse não pagamento “são alheias à Unitel inclusive considerando as restrições do Despacho Sentença nº 519/19, pelo qual a Unitel está impedida de fazer transferências de dividendos à Vidatel”, referindo-se ao arresto dos bens de Isabel dos Santos.

Porém, a Vidatel reafirma a dívida por provimento, salientando que “os créditos registados pela Unitel como devidos à Vidatel resultam de dívidas antigas de dividendos e juros não pagos pela Unitel no período entre 2012 e 2018 e do contrato de suprimentos da accionista Vidatel com a Unitel que terminou em 2016, não tendo sido este valor devolvido, conforme confirmam as várias notas do Relatório e Contas auditadas”.

Em resposta à Unitel, Isabel dos Santos afirma não aceitar a justificação, lembrando que o argumento “não se enquadra na lei das sociedades comerciais que determina que a distribuição dos lucros vence 30 dias após a deliberação, salvo se existir uma decisão contrária por uma maioria de ¾”.

“De acordo com a lei das sociedades comerciais angolanas, o crédito do sócio a sua parte e dos lucros vencem-se decorridos 30 dias a partir da data da deliberação que tenha aprovado a distribuição de lucros e que deve o conselho de administração zelar para que todos os accionistas sejam tratados de forma igual”, escreveu a Vidatel em comunicado, reagindo ao da operadora.

“Os dividendos são anteriores ao arresto, não pagaram porque não quiseram, porque a PT ilegítimamente não deixou”, reforça, ao VALOR, Isabel dos Santos, que, nessa altura, era a PCA da operadora. “Como PCA, não posso praticar actos a meu favor. Devem ser eles a assinar”, explicou.

Os accionistas da operadora reuniram-se em assembleia-geral a 27 de Julho, tendo o encontro sido remarcado para esta segunda-feira.

Mercados & Negócios

FALTA DE PAGAMENTO E SILÊNCIO DO GOVERNO

Boeing alarga entregas das aeronaves para 2025

AVIAÇÃO. Fabricante já fez duas alterações. Tudo indica que vai continuar a alterar os planos até receber uma confirmação oficial do cancelamento do contrato.

Por Redação

A construtora Boeing reprogramou a entrega das aeronaves à Taag, perspectivando duas por ano, entre 2022 e 2025.

A decisão é justificada pelo não pagamento das tranches em dívidas e, sobretudo, pelo facto de Angola não ter oficializado a decisão de cancelamento das encomendas. “Já mudámos a entrega das oito aeronaves que estava prevista para 2020-2022. Agora programamos entregar duas em 2022, duas em 2023, duas em 2024 e duas em 2025”, revelou ao VALOR fonte da empresa norte-americana.

A reprogramação, de acordo com a fonte, diminui os custos do Governo relativos ao pagamento

correspondente à assinatura do contrato definitivo, que, no figurino anterior, estava fixado em 4,0 milhões de dólares. E reduz também o valor correspondente ao Pre-Delivery Payment, avaliado em 62 milhões de dólares.

Dos pouco mais de 66 milhões de dólares que Angola deveria pagar pelos dois itens contratuais, pagou apenas pouco mais de 4,0 milhões de dólares, segundo

MEMORIZE

- Em Abril de 2018, João Lourenço cancelava a autorização de compra das aeronaves que tinha concedido em Janeiro do mesmo ano, alegando necessidade de se elaborar um estudo mais aprofundado sobre o plano de modernização da frota da TAAG.

fonte da construtora. “Se a Taag não efectuar os pagamentos dos fundos DA+PDP e continuarmos a mover as datas das entregas para a direita, a Taag estará de volta aos anos 80, 90 e início dos anos 2000 com aviões antigos e uma frota não muito confiável”, alerta.

Uma fonte do Ministério dos Transportes garantiu, no entanto, ao VALOR que a “própria Boeing está a solicitar o adiamento dos prazos de entrega, visto que a crise está para todos”, referindo-se às limitações impostas pela pandemia da covid-19.

As incertezas do processo de reforço da frota da companhia iniciaram-se em Abril de 2018, quando João Lourenço cancelou a autorização que tinha concedido, em Janeiro do mesmo ano, ao ministro dos Transportes “para celebrar contratos de compra e venda de aeronaves com as empresas Boeing e Bombardier”.

Na mesma ocasião, cancelou também a autorização que havia concedido à Taag para a “negociação de financiamento do forne-

cimento das aeronaves”. O recuo foi justificado com a necessidade de ser elaborado “um estudo mais aprofundado com vista à implementação do Plano de Reestruturação e Modernização da Frota de Aviões da Taag”.

Segundo a fonte da Boeing, desde então, o Governo nunca informou a construtora sobre a conclusão do referido estudo nem esclareceu se avança ou não com a compra.

A situação, de resto, alterou o plano que previa o reforço da frota da companhia de bandeira entre 2022 e 2024, o que correu para a decisão de redução do capital social da empresa de 700 mil milhões para 127.007 milhões kwanzas.

2

Quantidade de aeronaves que a construtora programou entregar por ano



KWANZA

SÉRIE 2020

A NOVA NOTA DE 200 KZ JÁ ESTÁ EM CIRCULAÇÃO

CONHEÇA AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS



Anverso



Reverso



Janela Iridescente

A janela tem a forma da escultura “o Pensador” e inclui o valor nominal da nota bancária.

Colocada sobre um fundo escuro, os detalhes e o valor da nota ficam visíveis. A janela em si muda para um brilho ligeiramente dourado.



Microtexto

Hino Nacional de Angola em microtexto.



Marca para Invisuais

Uma impressão com relevo permite a identificação das notas com percepção táctil.



Impressão em Relevo

Impressão com tinta em relevo que gera uma percepção táctil típica para notas bancárias.



Janela Iridescente

A janela tem uma forma geométrica e inclui o valor nominal da nota bancária.

Colocada sobre um fundo escuro, os detalhes e o valor da nota ficam visíveis. A janela em si muda para um brilho ligeiramente dourado.

Novas Notas de Kwanza

Inovadoras, Resistentes e Muito Mais Seguras.

As notas actuais continuam a ser aceites.

Para mais informações consulte o website do bna www.bna.ao
ou contacte através de comunicacao@bna.ao ou do nº.: +244 222 679 226



BANCO NACIONAL DE ANGOLA

DEJURE

CHIVUKUVUKU AMEAÇA BUSCAR APOIO EXTERNO

Chumbo continua a levantar “suspeições”

CONFLITO. Analista não crê que a legalização do projecto esteja condicionada pelo político, uma vez que o PRA-JA congrega sensibilidades desencantadas com o MPLA. Chivukuvuku promete ir até às últimas consequências, quando partido no poder desvaloriza acusações de perseguição.

Por Redacção

Duas semanas depois do terceiro ‘chumbo’ consecutivo dado pelo Tribunal Constitucional (TC) ao Partido de Renascimento Angolano – Juntos por Angola (PRA-JA) Servir Angola de Abel Chivukuvuku, continuam as suspeições por parte de analistas.

Desta vez, a analista política Sizaltina Cutaia, à semelhança de juristas ouvidos recentemente pelo VALOR, considera que o processo de legalização do PRA-JA “levanta várias suspeições e põe em causa o sistema de justiça”.

“Levanta várias suspeições, que não abonam em nada a compreensão e o próprio sistema de justiça”, defendeu em declarações à Lusa, a propósito da legalização do novo projecto político.

“Obviamente que a comissão instaladora ainda tem a possibilidade de recorrer, vai fazer esse recurso extraordinário de inconstitucionalidade e esperar que preveja algum bom senso no sentido de que a decisão tomada pelo plenário do TC ainda possa ser revertida”, observa.

A analista diz, entretanto, ter

MEMORIZE

● **A legalização do PRA-JA remonta a Novembro de 2019, altura em que a formação política remeteu ao tribunal 23.492 assinaturas, 19 mil das quais foram rejeitadas, com várias justificações, entre as quais menoridade e falta de autenticidade dos atestados de residência. Caso volte a ser chumbado, o projecto será extinto, os membros estarão impedidos de formar um novo partido nos próximos quatro anos e Chivukuvuku poderá não concorrer nas eleições de 2022.**

dificuldade em acreditar numa decisão diferente do tribunal, apesar de a pretensa formação política ter ainda como última possibilidade de contestação um recurso.

Sizaltina Cutaia, que também é defensora de direitos cívicos e representante da Fundação Open Society Angola (Osisa) afirma que a situação do PRA-JA não pode ser vista como um problema individual “ou que afecta aquele grupo de cidadãos”, porque “tem que ver com os pilares da democracia”.



Para a analista, a forma como o processo tem sido conduzido faz com que a confiança dos cidadãos sobre aquela instituição de justiça “fique minada, fique afectada pela negativa”.

“Sinceramente tenho alguma dificuldade, estava muito confiante que o plenário do TC fosse reverter a decisão que, em sede administrativa, foi tomada pelo juiz presidente, mas, quando saiu o acórdão, deixei de ter esperanças que, realmente, alguma coisa

diferente possa acontecer”.

Em declarações recentes ao VALOR, o jurista Albano Pedro apontou como inviável um novo recurso ao mesmo plenário, por entender que a função do recurso não se vai concretizar neste caso. “Como é uma instância que esgota a jurisdição, foi-lhe atribuída uma espécie de dupla jurisdição, daí a possibilidade de recurso de um outro recurso, que, na verdade, não devia existir”, defendeu Pedro.

Sizaltina Cutaia, que defende

uma revisão da Constituição, não crê que a legalização do projecto esteja condicionada pelo político, uma vez que o PRA-JA congrega várias sensibilidades, como “pessoas que estão desencantadas com o MPLA, com a oposição e pessoas que nunca se tinham envolvido em política, a juventude”.

“Isso constitui um elemento que abala, de certa forma, o poder estabelecido, mas é pena, porque a beleza da democracia está mesmo na multiplicidade de apoios, de vezes, para que possamos construir uma Angola que seja de todos e para todos”, sublinhou.

RECURSO A INSTÂNCIAS INTERNACIONAIS

Na quinta-feira, a comissão instaladora anunciou que vai recorrer a instituições judiciais nacionais e internacionais devido aos sucessivos chumbos. “Vamos proceder a um recurso extraordinário junto das instâncias judiciais nacionais, em conformidade com o estabelecido na Lei. Vamos criar um grupo de trabalho para estudar os procedimentos a serem levados a cabo junto das instâncias políticas e judiciais internacionais”, disse Chivukuvuku aos jornalistas.

O coordenador afirmou que, “por vocação, o TC deve ser o guardião da Constituição, mas, lamentavelmente, tem violado sistematicamente o primado da lei, perseguindo o cidadão Abel Chivukuvuku e os seus seguidores”.

A propósito, o secretário do Bureau Político do MPLA para os Assuntos Políticos e Eleitorais, Mário Pinto de Andrade, falando aos jornalistas este domingo, desvalorizou as declarações de Abel Chivukuvuku, segundo as quais o MPLA está por detrás da inviabilização do seu projecto político junto do Tribunal Constitucional.

“Os responsáveis do PRA-JA Servir Angola estão a fazer confusão. O MPLA não persegue nenhum projecto político junto do Tribunal Constitucional”, disse Mário Pinto de Andrade.

Segundo o político, a separação de poderes “é um dos pressupostos para a existência do Estado democrático e de direito e o MPLA cumpre essa máxima desde que no país vigora o sistema multipartidário”.

Para Mário Pinto de Andrade, a comissão instaladora do PRA-JA deve resolver este problema junto do TC e não acusar outras formações políticas.

NOVOS PADRÕES DE CONSUMO DEPOIS DA COVID19

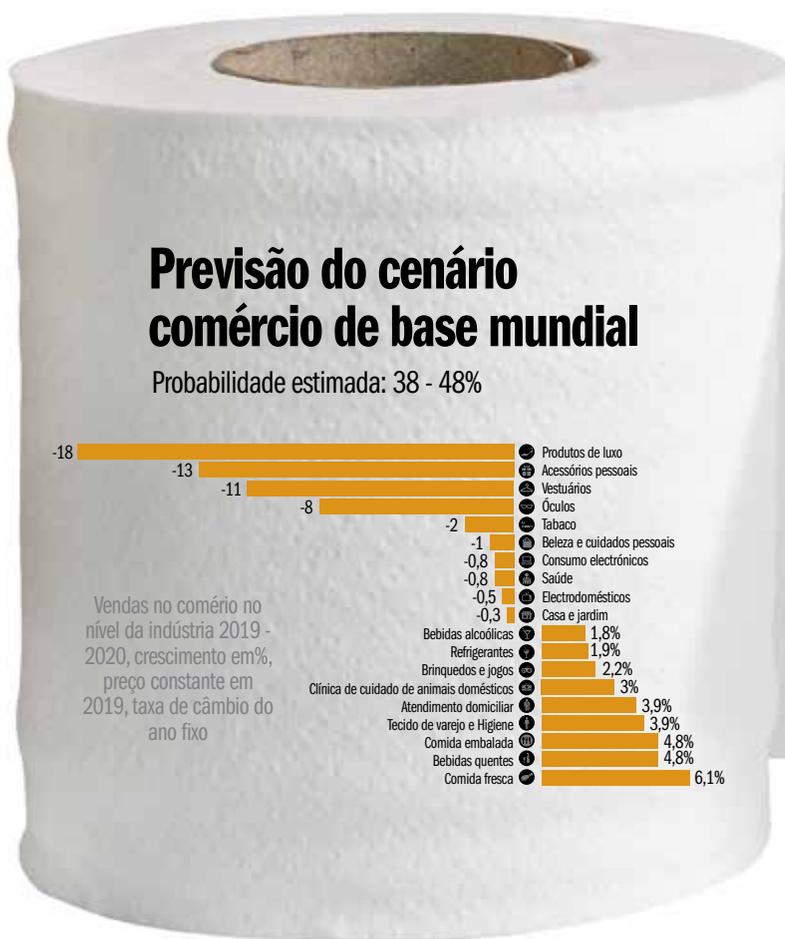
Adaptar é a palavra de ordem

A covid-19 espalhou o caos sobre a maioria dos sectores e, com 2020 ainda a meio, não é possível conhecer todos os efeitos da pandemia de forma agregada. No entanto há mudanças que são notórias nos hábitos de consumo, algumas que vieram para ficar, como a tendência para comprar a produção local, outras que esperamos ver pelas costas rápido como a queda abrupta no uso de desodorizantes. Acompanhar os dados ajuda a adequar a oferta do seu negócio às demandas do novo normal.

Os efeitos das campanhas mundiais do ‘fica em casa’ na vida e na psique colectiva são tão diversos que só até certo nível já se tornam mesuráveis. Mas há indicadores. As regras de distanciamento social, a adopção do teletrabalho e a diminuição da socialização contribuíram por exemplo para uma queda mundial nas vendas de produtos de cuidado pessoal como desodorizantes e gel de duche e para a subida de ‘essenciais’ caseiros como gelado de pacote (que aumentou perto de 30%). Gelado que acompanha o consumo crescente de jogos online e aplicações de entretenimento como o Netflix que ganhou 16 milhões de novas assinaturas com aumentos de consumo até 70%. O fermento de pão e a farinha de trigo são outros exemplos que subiram nas preferências de consumo e claro, o papel higiénico.

A segunda semana de março deste estranho 2020 registou o que ficou conhecido na indústria como o “grande pânico do papel higiénico de 2020”.

No dia 12 de março as vendas incharam 734% em comparação com o mesmo dia no ano anterior nos EUA e o papel higiénico subiu ao primeiro lugar do topo de produtos vendidos pela primeira vez em registo. A subida só não foi maior porque a procura foi acompanhada de uma ruptura de stocks sem precedentes à medida que as cadeias de produção entravam em colapso sem conseguir dar resposta à pro-



NETFLIX

Netflix ganhou 16 milhões de novas assinaturas com aumentos de consumo até 70%.

cura exponencial. Cada comprador comprou cerca de 70% mais do que normalmente comprava para se preparar para uma América sem papel higiénico e meses depois do pânico inicial, a demanda continua elevada sobretudo em comparação com outros produtos que vendiam melhor como maquilhagem por exemplo.

Outros produtos também registaram aumentos de ven-

das nos mercados mundiais, são exemplos os refrigerantes a comida de animais, a comida embalada e as bebidas alcoólicas que os compradores adquiriram para stockagem caseira de produtos com datas de validade mais longas.

Enquanto esta corrida para encher a dispensa pode estabilizar quando o pânico do covid-19 acalmar, algumas tendências como a procura de abastecimento por redes locais e que simultaneamente contribuam para o crescimento de negócios comunitários, que aumentou a ponto de se verem nascer várias plataformas online para o propósito, vão manter-se depois da pandemia porque os consumidores se tornaram mais conscientes no processo. A busca de frescos de produção local, sobretudo com entrega, que se tornou tendência mundial este ano, explica o aumento da base de entregas da angolana Fazenda Girassol durante a pandemia.

A indústria de bens de luxo que previa um crescimento de 3% para este ano, estima agora uma contracção de pelo menos 18%, mais em países como a China (-22%) ou os EUA (-25%) países muito afectados pela pandemia e

18%

A indústria de bens de luxo, que previa um crescimento de 3% para este ano, estima agora uma contracção de pelo menos 18%, gel de duche e para a subida de ‘essenciais’ caseiros como gelado de pacote.

Fonte: Estimativas da indústria
Última actualização: Maio 2020

vê-se pressionada para se manter relevante em contexto de restrições e em que a procura por bens de exposição social desapareceu. O tabaco que normalmente resiste a crises porque os seus consumidores aumentam a procura em tempos de stress, espera uma contracção pouco usual, devido a outra tendência trazida pelo covid-19, a necessidade de cuidar da saúde, com o fortalecimento da imunidade com a saúde do sistema respiratório à cabeça, outra tendência que veio para ficar.

Se vende ou produz produtos estude as mudanças que o novo normal vai inserir na sociedade e adapte o seu negócio ao presente e futuro.

MEMORIZE

● No dia 12 de março as vendas incharam 734% em comparação com o mesmo dia no ano anterior nos EUA e o papel higiénico subiu ao primeiro lugar do topo de produtos vendidos pela primeira vez em registo.

(In)formalizando



No Zango 5, uma residência de tipologia T3 quase acabada é vendida por 2,5 milhões de kwanzas.

EMPRESÁRIOS CRITICAM FISCALIZAÇÃO

Informalidade ameaça pequenas construtoras

CONCORRÊNCIA. Agentes da construção, no imobiliário, mostram-se preocupados com a crescente presença dos operadores informais. E queixam-se da falta de fiscalização.

Por Guilherme Francisco

A crescente informalidade no sector imobiliário está a preocupar os pequenos profissionais que culpam o Governo e a Associação dos Profissionais Imobiliários (Apima) por falta de fiscalização.

Pequenos construtores que falaram ao VALOR apontam o dedo a operadores que, “na ânsia de enriquecimento fácil”, actuam “em conivência” com indivíduos afectos às administrações muni-

cipais, que facilitam a emissão de direito de superfície “em tempo recorde” e a construção de projectos sem a fiscalização das autoridades.

Entre as acusações, os empresários Marcelo Manuel e Judi Mateus mencionam também a construção de habitações de qualidade reduzida, sem água e energia eléctrica, além da fuga às obrigações fiscais, “o que facilita a comercialização dos imóveis a preços muito baixos”.

Por exemplo, no Zango 5, uma residência de tipologia T3 quase acabada é vendida por 2,5 milhões de kwanzas, enquanto, no mercado formal, uma con-

cluída com os serviços essenciais custa até 13 milhões. O mesmo verifica-se nos arredores de Talatona, onde uma residência inacabada da mesma tipologia chega a custar, no espaço informal, 28 milhões de kwanzas, enquanto a concluída é negociada pelos agentes do formal a 78 milhões de kwanzas. Preços que, para quem actua na formalidade, são justificados pelos “gastos avultados” na construção e cumprimento das obrigações fiscais, além do prazo de um ano para a obtenção do direito de superfície.

Judi Mateus aponta a falta de fiscalização do Governo como estando na base da informali-

2,5

Valor médio de venda de uma T3 no Zango no mercado informal

dade, apesar de reconhecer que a Inspeção-Geral da Administração do Estado (Igae) “tem vindo a efectuar algum trabalho”. A empresária critica também a Apima por mostrar “desinteresse e por dar mais atenção aos profes-

sionais do alto padrão, quando, na qualidade de associação que defende o direito dos profissionais imobiliários, devia preocupar-se em tirar os que estão na informalidade”.

Contactados, alguns construtores do mercado informal não admitiram estar a operar na informalidade, alegando terem todos os documentos dos projectos habitacionais. No entanto, muitas vezes, surgem notícias de litígio, em que se vende uma residência a mais de duas pessoas e sem a devida documentação.

APIMA RESPONSABILIZA INH

Por sua vez, o vice-presidente da Associação dos Profissionais Imobiliários (Apima), Cleber Correia, rebate as acusações de Judi Mateus e assegura que “todos os associados são tratados de igual forma independentemente do padrão”. Cleber Correia culpa o Instituto Nacional de Habitação (INH), órgão competente pela fiscalização do sector, pela crescente informalidade.

COLABORAÇÃO DA ENDE E EPAL

Empresários criticam ainda o que consideram “elevada burocracia” para a instalação, nos projectos habitacionais, de serviços de energia e água, sendo obrigados, muitas vezes, a recorrer aos PT privados. Apelam, por isso, para uma maior colaboração da Ende e da Epal, alertando que “todos saem a ganhar”, implicando também mais receitas para o Estado.



15
anos

**PRODUZIMOS JUNTOS,
CRESCEMOS JUNTOS.**



**O Banco BIC está ao seu
lado nas Pescas, na Pecuária
e na Agricultura.**

Prazo Máximo de Financiamento: de 2 anos (24 meses) a 8 anos (96 meses).
Garantia Pública: até 75% do valor do capital financiado.



LINHA DE ATENDIMENTO BIC
+(244) 923 190 870
Serviço disponível 24H

www.bancobic.ao



BancoBIC
Crescemos Juntos

Opiniões

Contas bancárias simplificadas, um passo importante para a inclusão financeira



Tiago Matos,
Senior Manager
EY, Assurance
Services

O Banco Nacional de Angola estabeleceu em Abril um novo regime de conta bancária simplificada destinada a particulares e a micro-empresendedores que não reúnam à partida as condições mínimas necessárias para a abertura de uma conta à ordem junto das Instituições Financeiras Bancárias. Trata-se de um regime orientado para a população com rendimentos mais reduzidos e para os pequenos comerciantes que operam sobretudo no mercado informal, distinguindo-se pela facilidade e desburocratização de abertura de conta bancária e simplificação dos requisitos de Know Your Customer, mas também pela isenção de pagamento de comissões. O objectivo passa por formalizar e capturar para o circuito bancário os fundos que resultam das transacções comerciais realizadas em mercado informal, conferindo maior comodidade e segurança a estas operações, com a redução dos riscos associados à utilização exclusiva e excessiva de numerário, uma vez que quem aderir terá também acesso a terminais de pagamento automáticos (TPA).

Apesar dos progressos significativos registados com o anterior Programa “Bankita”, que garantiu o acesso de um elevado número de angolanos ao sistema financeiro, o nosso país tem ainda um caminho a percorrer e desafios a enfrentar para o aumento da taxa de bancarização e redução da informalidade da economia. Por esta razão, este regime representa mais um passo importante, inserido no conjunto de medidas e iniciativas que têm vindo a ser promovidas nos últimos anos pelo Banco Central, potenciando o desen-

volvimento de um sistema financeiro sólido e inclusivo, capaz de contribuir para o bem-estar financeiro e a inclusão económica e social da população. Por outro lado, considerando a situação económico-financeira de Angola, fragilizada pela quebra nas receitas petrolíferas e consequente diminuição das receitas públicas, o sucesso deste regime poderia contribuir igualmente para uma certa estabilidade do sistema financeiro do país. Na verdade, a inclusão financeira constitui actualmente uma contribuição relevante para a erradicação da pobreza e um vector chave para o desenvolvimento económico. Quanto maior o nível de inclusão financeira da população, maior a capacidade de mobilização de poupanças para impulsionar o investimento e maior o acesso a produtos e serviços adequados que potenciam o crescimento empresarial. Consequentemente, o desenvolvimento e a sustentabilidade da economia contribuem para o aumento do emprego, a melhoria das condições de vida da população e a redução das desigualdades.

No entanto, se por um lado é importante aumentar o nível de inclusão financeira, por outro é necessário que esta inclusão seja consolidada e acompanhada por programas eficazes de promoção da educação financeira. As contas simplificadas permitem a bancarização mas não necessariamente a inclusão financeira, pelo que se torna necessário criar soluções que permitam ultrapassar as várias barreiras que tendem a excluir parte da população do sistema financeiro, nomeadamente a população mais pobre, cujas operações realizadas se consubstanciam tipicamente no depósito e levantamento do rendimento mensal, sendo as restantes realizadas fora do sistema financeiro.

Como sabemos, o contexto histórico e cultural do país assumiu em tempos um peso relevante no insucesso de inclusão financeira deste segmento, justificado, entre outros, pelo longo período de guerra, com consequências que afectam ainda hoje a população mais idosa e por uma

percepção tradicionalista da figura materna enquanto dona de casa. Adicionalmente, a inclusão financeira parece não ser tida como prioritária perante a preocupação sistemática com a obtenção dos recursos financeiros suficientes para responder às necessidades diárias fundamentais, incapaz de estimular o planeamento financeiro e a criação de hábitos de poupança. Além da falta de conhecimento generalizada sobre as características e potencialidades dos produtos e serviços financeiros, a resistência e a desconfiança da população na interacção com os vários canais, físicos e digitais, disponibilizados pelas instituições bancárias, constituiu uma barreira adicional à inclusão financeira. Também as experiências passadas e as experiências da comunidade relativas à contratação de produtos com custos de operacionalização e manutenção elevados, a ausência de mecanismos de protecção em caso de incumprimento, a assimetria de poder, as situações recorrentes de indisponibilidade de acesso ao sistema e a reduzida dispersão e cobertura geográfica da rede comercial, representam obstáculos no caminho sinuoso da inclusão.

Por outro lado, o sistema financeiro bancário tem-se tornado cada vez mais desenvolvido e sofisticado, com produtos financeiros mais complexos e uma oferta cada vez mais concorrencial e diversificada, o que contribui involuntariamente para um maior distanciamento da população com menores rendimentos, incapaz de compreender e gerir esta evolução.

Podemos deste modo concluir que o BNA contribuiu, uma vez mais, para o desenvolvimento de um contexto adequado e favorável à inclusão financeira, cabendo agora às Instituições bancárias assumir como seus a missão e o objectivo de responder de forma integrada e estruturada a este regime com outras soluções ajustadas e direccionadas às necessidades destas subpopulações. Garantir o seu acompanhamento apropriado é igualmente fundamental, bem como uma relação e partilha de informação transparentes e o desenvolvimento de iniciativas periódicas de sensibilização visando a sua instrução e literacia financeira. Só assim poderemos promover uma mudança de comportamento e uma tomada de decisão consciente e responsável no uso de produtos e serviços, bem como fomentar a confiança e a credibilização do sistema financeiro junto da população financeiramente excluída.

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

Governar quando se quer agradar a governados neste país deve ser um exercício absolutamente extenuante... E cada vez surpreende menos porque é que José Eduardo dos Santos adoptou aquele estilo de quem não se rala nada com a opinião pública, de quem não presta contas, não explica decisões, enfim, de quem está acima das nuvens e distante por escolha própria. É que, não só a opinião pública tem opinião sobre absolutamente tudo, e cada vez mais graças às redes sociais, coisa com que o governo anterior teve a sorte de lidar menos anos, como, pior do que ter opinião sobre tudo, é que nunca está satisfeita, qual criança mimada e caprichosa, que se queixa do que tem e do que não tem constantemente. Faz criticam, não faz criticam, avança criticam, recua criticam, é impossível acompanhar as exigências.

O PR recuou na decisão da construção da clínica dentária milionária e canalizou a verba de cerca de cinco milhões de USD, para o combate à malária. Uma decisão acertada porque a malária é uma prioridade pública.

É verdade que o PR provavelmente gasta essa verba em duas ou três saídas ao exterior se tiver de ir tratar os dentes fora, e, agora pergunto eu querido leitor, se já imaginou que tipo de decisões de Estado podem vir por aí se o chefe as tomar com dor de dentes? Pergunto-me se nos pode este recuo sair bem mais caro? Mas para todos os efeitos o chefe ouviu a opinião pública e recuou e a decisão de recuo foi acertada.

Há críticas claro, umas que o acusam de governar ao sabor das

redes sociais, outras que o acusam de incapacidade de ver por si que uma clínica dentária para a presidência para além de não ser um bem público, certamente não está no topo do mar de prioridades de que temos. Mas o presidente ouviu a opinião pública, age de acordo em muitos casos e, isso é bastante mais do que tivemos em várias décadas, em que a opinião de governados não era tida nem achada. Podia ter levado a dele avante e recuou, esteve bem, como esteve bem no recuo do projecto do Bairro dos Ministérios que era outro sorvedouro de dinheiro para servir governantes em vez de governados que precisam mais, numa altura em que não temos dinheiro para o luxo na miséria a que andamos acostumados.

O PR visivelmente esforça-se por estreitar a distância entre governo e opinião pública e com isso dá um exemplo que a sua entourage tem manifesta dificuldade, talvez por falta de hábito, de acompanhar.

Na semana passada correu um áudio de um governador furioso a desancar num cidadão que se atreveu a perguntar o que fez pela cidade que governa. “Quem é você para questionar o meu trabalho” perguntava o governador de Malange, sendo que o governador de Benguela também já foi gravado numa fúria semelhante. Podiam ter aproveitado essas oportunidades para de facto mostrar trabalho aos cépticos, para enunciar, elucidar o público e esclarecer, mas a falta de hábito de prestação de contas e essa distância a que governantes se habituaram a estar de governados, e que os lança em fúrias assim que governados tentam chegar perto, falou mais alto. A ministra da saúde diz-se ofendida com perguntas corriqueiras de jornalistas e quase lhes lança pragas, o porta-voz do partido no governo diz que não há fome, o ministro de Estado, que a queda nas importações se deve ao aumento da produção interna, o ministro do interior explica a violência policial com a

“Finalmente, os decisores políticos terão de abordar o ‘problema do bolso errado’, em que o sector que beneficia de uma intervenção poderá não ser o que suporta os custos da sua implementação.”

Um Plano Marshall para a saúde planetária



Tolullah Oni, Médica de saúde pública e epidemiologista urbana, pesquisadora clínica da Universidade de Cambridge, professora da Universidade da Cidade do Cabo

A pandemia da covid-19 aumentou a sensibilização para as falhas significativas nas nossas infra-estruturas urbanas e salientou a nossa falta de atenção ao modo como a saúde humana, os sistemas naturais e o ambiente interagem na saúde planetária. É agora evidente que o nosso sistema económico potencia a insegurança alimentar, as nossas ruas priorizam o tráfego motorizado em detrimento do exercício físico e as nossas casas aumentam o risco da transmissão de doenças. Podemos, e devemos, fazer melhor, com o lançamento de um ousado novo programa de investimento para a saúde planetária.

A ênfase quase universal na saúde motivada pela pandemia representa uma oportunidade para a mobilização de todos os sectores da sociedade na adopção de abordagens pró-activas ao bem-estar inclusivo. A construção de sistemas para a saúde resilientes e sustentáveis, especialmente no contexto das cidades e do desenvolvimento urbano, é central nesta matéria.

Na melhor das hipóteses, a incapacidade de abordar detalhadamente as implicações adversas dos actuais ambientes construídos representa uma oportunidade perdida para possibilitar comunidades saudáveis. Na pior, contribui activamente para o risco e a transmissão de doenças. No Reino Unido, por exemplo, a mortalidade mais elevada por covid-19 em pessoas desfavorecidas ilustrou a miopia de políticas de habitação que não assentem em preocupações sanitárias e ecológicas.

Uma característica positiva da crise actual tem sido a rápida adopção de medidas inovadoras (que

incluem versões do rendimento universal) para atenuar o impacto económico imediato da pandemia. Isto demonstra que podemos resolver falhas sistémicas rapidamente quando existe vontade.

Da mesma forma, temos de reconfigurar radicalmente os nossos ambientes construídos para que fortaleçam a resposta imediata a pandemias e sirvam de veículos para melhorar a saúde a longo prazo. E apesar das cidades serem os principais campos de ensaio para reformas que promovam a saúde e o bem-estar, também será necessário reformar os sistemas de governação da saúde.

Embora várias iniciativas filantrópicas globais tenham tentado melhorar a saúde e a resiliência urbanas, com resultados positivos inquestionáveis, os imperfeitos sistemas actuais carecem de uma ruptura mais fundamental. Em poucas palavras, o mundo precisa de um novo Plano Marshall para a saúde planetária: algo comparável a um ‘New Deal’ para a recuperação pós-pandemia.

Este regime serve de guia global, para alinhamento de incentivos e direccionamento dos comportamentos predefinidos para a meta partilhada do desenvolvimento urbano sustentável e saudável. Necessita do acordo e da participação de governos nacionais e locais, construtores privados, investidores de organizações multilaterais, o que demora tempo. Além disso, a iniciativa toma várias formas e caminhos institucionais, alguns dos quais poderão ainda não existir.

Em particular, os governos e os intervenientes privados terão de abordar três questões: Para começar, os decisores políticos não devem encarar a resiliência apenas como um resultado final. Muitos dos choques e agressões que levam a emergências sanitárias graves e prolongadas derivam de escolhas intencionais de intervenientes locais e globais. Além da adaptação para lidar com estes choques e agressões, o desenvolvimento da resiliência tem de envolver um confronto às decisões que enfraquecem sistemas através da

promoção da ruptura ecológica e da doença.

Adicionalmente, os decisores políticos têm de resolver a ‘cegueira para o problema’ que resulta da distância temporal e espacial entre a exposição aos riscos de saúde e os resultados subsequentes. Por exemplo, existe um alheamento entre o actual desenvolvimento urbano e as hospitalizações futuras devidas à asma e às doenças cardíacas, que podem ser agravadas pela exposição a ambientes húmidos e pela falta de acesso a áreas seguras para o exercício físico. Uma consequência da cegueira para o problema é a atenuação da responsabilização pela saúde a longo prazo.

Finalmente, os decisores políticos terão de abordar o ‘problema do bolso errado’, em que o sector que beneficia de uma intervenção poderá não ser o que suporta os custos da sua implementação. Isto coloca um desafio à promoção da saúde através do desenvolvimento urbano, especialmente no contexto de compartimentação de orçamentos do sector público e obriga a um redesenho do financiamento para a saúde.

As alternativas à actual abordagem ao desenvolvimento económico, baseada no PIB, já existem. O Botão desenvolveu um índice da Felicidade Nacional Bruta para orientar os decisores políticos, e a Aliança para a Economia do Bem-estar defende um sistema económico baseado no bem-estar e está a ser subscrita pelos governos da Nova Zelândia, Islândia, Escócia e País de Gales. Mas a concretização das três questões referidas exige financiamento e investimento nos sistemas para a saúde.

Neste aspecto, as instituições financeiras multilaterais para o desenvolvimento (IFMD), como os bancos Africano e Asiático de Desenvolvimento podem ajudar. Como organizações não-comerciais que proporcionam capital para projectos de desenvolvimento económico num grande conjunto de estados-membros, estas instituições ocupam uma posição única para conduzirem um regime semelhante a um Plano Marshall.

Primeiro, as IFMD dispõem das

competências para reunir chefes de estados-membros e líderes do sector privado no sentido do co-desenvolvimento e da ratificação do plano, ao mesmo tempo que consideram as subtilezas regionais. Segundo, as IFMD podem condicionar os empréstimos para desenvolvimento de infra-estruturas urbanas incluídos no regime a uma análise explícita dos projectos quanto aos impactos para a saúde e às estratégias para promoção de saúde.

Nos termos do Plano, as instituições cedentes e tomadoras de crédito podem decidir o modo de mobilizar e distribuir o capital financeiro de acordo com os problemas de saúde mais dispendiosos e com quem estiver melhor colocado para prevenir doenças. Também podem explorar estratégias criativas para encorajar políticas intersectoriais e financiar projectos colaborativos que promovam a saúde humana e planetária. Uma abordagem como esta poderia catalisar ainda mais políticas públicas, tornando, por exemplo o principal indicador de desempenho de estratégias, políticas e iniciativas de desenvolvimento de infra-estruturas urbanas a sua contribuição para a saúde.

O impacto devastador da covid-19 salientou a necessidade urgente de reformas ambiciosas e abrangentes, em detrimento de medidas incrementais e fragmentadas. Um Plano Marshall global para a saúde planetária representa uma abordagem radicalmente nova e é um passo importante no sentido de assegurar o futuro sanitário das cidades em rápido crescimento. Além de financiamento e investimento dos sectores público e privado, necessita de um movimento social (liderado pelos jovens) para impulsionar a procura contínua por uma recuperação pós-covid saudável, apoiada nas ciências, artes e humanidades. Impedir as decisões tóxicas no planeamento urbano e no desenvolvimento de infra-estruturas é essencial para reduzir a vulnerabilidade às doenças, diminuir a necessidade de cuidados de saúde e conseguir melhores cidades e melhor saúde para todos.

falta de chocolates e rebuçados para distribuir, e o governador do Banco Nacional de Angola explica a compra de divisas na rua, não com a falta e com as agruras que os bancos fazem todos passar para as receber, mas com falta de vontade com gravatas...

Os exemplos da distância entre mundo dos governantes e governados são tão frequentes que muitas vezes o choque em que caem governantes quando é mostrada uma imagem do mundo miserável de alguns seus governados, torna-se insulto.

A televisão portuguesa SIC mostrou na semana passada uma reportagem dessas, chocante e insultuosa. Chocante por vários motivos, não só porque a qualidade jornalística da reportagem era questionável já que se mostravam imagens captadas por terceiros, sem confirmar a origem, porque o interlocutor se recusou a levar a SIC ao armazém onde dizia estarem amontoadas mais de 200 crianças em condições deploráveis, doentes e severamente desnutridas, como se podia ver algumas no vídeo. O governo envolveu-se movido talvez mais pela vergonha, assim como a sociedade civil movida pela urgência do risco de vida das crianças, e o caso revelou-se engodo porque não se tratavam de mais de 200 crianças, e porque as crianças que aparecem no vídeo foram recolhidas de vários pontos e ali colocadas para efeitos de dramatização. O efeito positivo imediato de toda a confusão foi que as que inspiravam mais cuidados foram levadas para o hospital.

A SIC, sem falar na asneira de passar para o ar imagens montadas para motivar donativos, meio que se retratou, esclarecendo a parte da vigarice descarada. Mas pergunto-me se há alguma dúvida de que existam muito mais de 200 crianças severamente malnutridas e doentes hoje, na mesma capital da construção de obras para atender governantes? Verdade, não estão juntas num barracão, mas será que o facto de estarem espalhadas as torna menos relevantes? Será que têm de se juntar num barracão para que olhem para elas? Porque é que não aproveitamos o mesmo expediente que foi usado tão eficientemente neste caso para as encontrar em 24h, para fazer um levantamento sério da malnutrição e doenças infantis que estão nos bairros de lata? Ou será que só quando os estrageiros mostram a nossa vergonha, é que nos envergonhamos dela?



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos [Ver tudo](#)



Edição 218 Partilhas 61 Likes 80

A edição 219 do Valor Económico mereceu comentários a diferentes temas sendo o mais comentado a opinião de António Vieira que sugere a nacionalização das escolas privadas que se queixam da crise. Outros temas comentados foram as declarações de Isabel dos Santos sobre dívidas da Unitel e a entrevista ao director do Instituto Nacional do Café que diz que o BPC na realidade não cede crédito, tudo numa edição com cerca de 6 mil comentários, partilhas e emoções.

Os comentários são seleccionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Grahas e discussões pessoais são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Yuri Lengue Os colégios privados apareceram e prosperaram devido ao facto de o governo ter se demitido das suas funções ao longo dos últimos anos pelo que este artigo que mais parece algo encomendado não faz qualquer sentido e demonstra que este senhor não domina a nossa realidade. Triste o papel deste senhor...



Terêncio Gouveia Yuri Lengue Quando se diz: "os colégios privados apareceram e prosperaram", referem-se a aspectos financeiros ou do seu objecto?



Yuri Lengue Terêncio Gouveia nunca estas instituições iriam abrir por caridade sendo que a escassez de um ensino público de qualidade abriu a porta para os colégios privados. Quanto ao seu objectivo uma vez mais deveria ser função dos órgãos reguladores definirem regras claras e fiscalizar. Qual é o seu ponto de vista?



Heitor Carvalho Yuri Lengue tens razão. Parece que as pessoas estão a entrar em desespero. Há que ter calma. A situação é muito difícil mas complicar ainda mais não ajuda.



Rui Miguel Salvador Sim.... vamos transformá-las em escolas públicas! A fórmula tem funcionado até hoje! Cada vez mais, temos gente mais capacitada! Sinceramente!!



Wilson Fernandes Chega de socialismo! Chega



Heitor Carvalho Quem escreveu uma barbaridade destas? É com esta mentalidade de que os empresários se submetem ou não são necessários que conseguimos que ninguém mas mesmo ninguém, seja nacional ou estrangeiro, esteja interessado em investir excepto quando houver projectos e dinheiro do Estado.



Terêncio Gouveia Heitor Carvalho Pensar diferença não significa ser bárbaro. Olha que esta ideia tem muito de verdade.



Heitor Carvalho Terêncio Gouveia Dizer uma barbaridade não significa ser bárbaro. Se o Estado tem a obrigação de dar educação gratuita e de qualidade e não consegue, como é que quer nacionalizar o que os outros construíram? E como vai esperar que, com atitudes destas, mais alguém venha investir? Só voltando ao socialismo e ao partido único o que equivaleria a um golpe de estado. Como não creio que o autor tivesse esta intenção, apenas posso acreditar que escreveu uma barbaridade sem pensar.



Heitor Carvalho Terêncio Gouveia Acontece aos melhores!



Arnaldo Teixeira Mas tanta empresa estatal pra quê, meu Deus!?!



Otchally Chicupe Gany Como assim mais gestora de uma empresa é sócia de uma outra que presta serviço na empresa na qual é gestora?



Alexandre Pinto Isso é que dá fazer negócios com você mesma



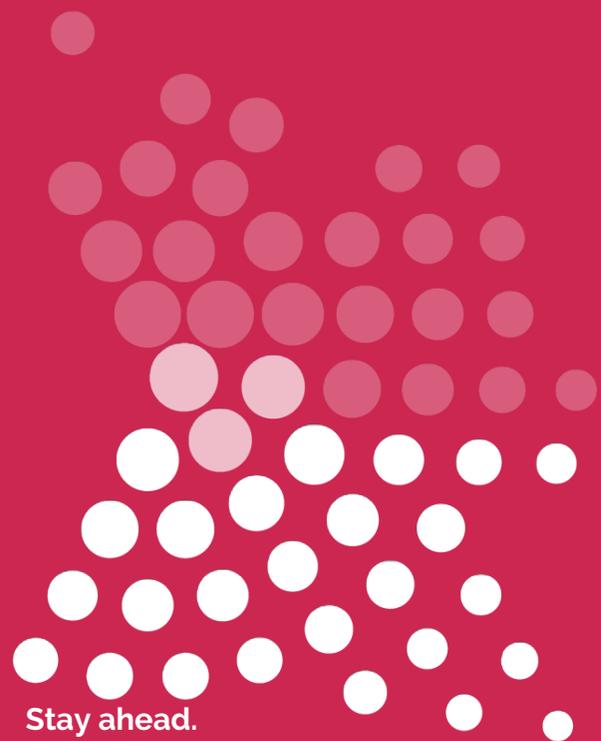
Marla Joyce Cohen Fui lá (BPC) e nada, aquilo não é banco, é o sítio dos políticos aprovarem os seus projectos!!! O banco dos políticos



Terêncio Gouveia Ao invés de diabolizarmos tudo que ouvimos, devíamos investir mais na organização das nossas empresas, por mais pequenas que sejam. Nenhuma instituição financeira do mundo financia um projeto, cuja empresa é desorganizada. Pense nisso.

16.OUT.2020

100% DIGITAL.



Stay ahead.

Angola

Innovation Summit



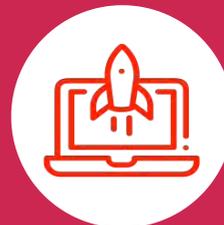
Conferência



Masterclass



Networking



Rampa de Produtos



Exposição /Feira Virtual

Uma experiência distintiva.

www.angolasummit.co



PARCEIROS:



MEDIA PARTNER:



Covid-19



NA CIDADE DA CHINA

Vários comerciantes encerraram lojas face à pandemia

Vários comerciantes encerraram lojas na Cidade da China devido ao impacto económico da covid-19, mas outros 30 deverão instalar-se em breve no complexo comercial de Luanda, onde já foram investidos 200 milhões de dólares, segundo o presidente Jack Huang.

Em entrevista à Agência Lusa, o empresário chinês, que lidera um grupo de privados com negócios em vários países africanos, admitiu que a pandemia tem trazido quebras, ainda por contabilizar,

e falou sobre a reorganização em curso numa altura em que o mega-centro comercial se expande para a terceira fase.

Jack Huang, que tem investimentos em países como África do Sul, Namíbia e Botsuana, decidiu apostar em Angola “porque não havia aqui uma Cidade da China”.

A facturação da Cidade da China é proveniente do arrendamento dos lojistas e a covid-19, com o abrandamento da actividade decorrente da situação de calamidade, trouxe dificulda-

des adicionais.

Jack Huang reconhece os problemas, mas sublinha que a administração tudo tem feito para apoiar os comerciantes, oferecendo inclusivamente um mês de renda gratuito.

No entanto, nem todos conseguem ultrapassar o mau momento económico. Há quem tenha rendas atrasadas, enquanto outros acabaram mesmo por fecharas portas.

Mais de 40 lojistas pediram para sair, estimou Jack Huang.

Mas há também quem queira vir instalar-se na Cidade da China “porque tem um ambiente melhor”, tendo sido recebidos desde Abril mais de 30 pedidos para entrar, dos quais alguns já em fase de instalação.

O complexo comercial tem mais de 300 lojas grossistas e retalhistas de diferentes áreas de negócio, do vestuário aos materiais de construção, além de habitação e um hotel, ocupa 350 mil metros quadrados, com uma área construída de 260 mil metros quadrados.

RESSURGIMENTO DA DOENÇA

PM francês pede que não se baixe a guarda



O primeiro-ministro francês pediu aos franceses e aos serviços do Estado que “não baixem a guarda” face ao ressurgimento da covid-19, para que não seja preciso voltar a impor um “confinamento geral”.

As declarações de Jean Castex foram feitas em Lille (cidade do Norte da França), onde passou a ser obrigatório o uso de máscara em alguns “locais públicos abertos”, como é prática noutras zonas do país. “O vírus não está de férias e nós também não”,

sublinhou o primeiro-ministro, defendendo a necessidade de “protecção contra o vírus sem ser preciso interromper as actividades económicas e sociais”, ou seja, “evitando a perspectiva de reconfinamento generalizado”.

Em algumas regiões francesas, verifica-se “um aumento dos números da epidemia”, pelo que é necessário estar “mais atentos do que nunca”, insistiu Jean Castex.

O primeiro-ministro elogiou os 14 mil testes já reali-

zados em Lille, que enfrenta um ressurgimento dos casos de covid-19. O discurso das autoridades francesas evoluiu ao longo das semanas, passando de afirmações sobre a inutilidade da obrigação de usar máscara até à sua imposição em todos os locais públicos fechados a partir de 20 de Julho, e agora também em algumas zonas públicas, como estâncias balneares ao longo da costa atlântica, passeios no rio Loire ou mercados dos Alpes.

Aulas em Cabo Verde regressam em Outubro

O próximo ano lectivo em Cabo Verde começa a 1 de Outubro, anunciou o Ministério da Educação que, no entanto, admite alterações em “função da evolução da situação sanitária”, nacional e por ilhas.

Em nota publicada pela Agência Lusa, o Ministério da Educação explica que o calendário geral do ano escolar arranca em 24 de agosto e o ano lectivo, com o início das aulas, em 01 de Outubro. “Entre 24 de Agosto e 30 de Setembro decorrerá o período preparatório do ano lectivo 2020/2021, onde serão desenvolvidas actividades de planificação e preparação das actividades lectivas e de formação contínua de docentes”.

Acrescenta que o “princípio adoptado é de flexibilização e adequação às circunstâncias”, mas adverte que este cenário pode “modificar-se, em função da evolução da situação sanitária do país e de acordo com as condições locais”.



O PRIMEIRO-MINISTRO DO KOSOVO, Avdullah Hoti, testou positivo, anunciou o mesmo, no Domingo 3, salientando que permanecerá isolado em casa durante as próximas duas semanas.

MORATÓRIAS DE CRÉDITO

Bancos receberam mais de três mil pedidos

Os bancos receberam 3.167 pedidos de moratória de crédito, no valor de 32,68 mil milhões kwanzas, no âmbito da flexibilização decretada pelo Banco Nacional de Angola (BNA) devido à covid-19.

Os dados constam de um comunicado divulgado após uma reunião do Comité de Política Monetária do BNA para analisar o comportamento recente dos principais indicadores económicos, numa conjuntura ainda afectada negativamente pela covid-19. Segundo o BNA, foram aprovados 2.751 (87%) pedidos e 125 estão em processo de avaliação.

Das solicitações aprovadas, 280 foram feitas por empresas e 2.471 por particulares, com valores correspondentes a 31,35 mil milhões de kwanzas e 1,32 mil milhões de kwanzas.

Foram rejeitados 291 pedidos das quais 32 do sector empresa-

rial e 259 de clientes particulares por operações de crédito com regime específico; funcionários ou empresas públicas para os quais não é expectável a baixa de rendimento; e operações de crédito em situação irregular.

A flexibilização dos prazos para o cumprimento de obrigações creditícias foi adoptada a 30 de Março pelo BNA, após ser declarado o estado de emergência. Os clientes interessados na moratória de 60 dias eram obrigados a ter operações de crédito em situação regular, acompanhando a solicitação junto das instituições financeiras com a demonstração dos impactos económicos sofridos.

Nesse período, os bancos ficaram proibidos de cobrar encargos, juros ou comissões adicionais ao custo das obrigações inicialmente assumidas



EXCEPÇÃO PARA GRUPOS DE RISCO

Governo determina comparência de 50% dos professores

O Ministério da Educação decretou que 50% dos docentes e funcionários administrativos de todas as escolas públicas devem apresentar-se no local de trabalho, com excepção dos grupos que apresentem condições de risco.

Continuam suspensas as aulas nas instituições de educação e ensino, devido à covid-19, desde Março passado, havendo por isso a necessidade de se adoptarem medidas alternativas,

que permitam manter as actividades pedagógicas e os serviços mínimos administrativos, bem como a capacitação em serviço dos professores nas escolas do ensino primário e secundário.

Os funcionários, de acordo com as suas funções específicas, devem organizar e classificar os arquivos das escolas, a biblioteca e os livros, redimensionar a carga horária docente e organizar as



APÓS AUMENTO DE CASOS

Filipinas recua nas medidas

O Governo filipino anunciou que Manila e as províncias que rodeiam a capital vão regressar ao confinamento rigoroso, tendo em conta o aumento dos contágios da covid-19, que agora ultrapassam os cem mil.

Manila e as províncias de Bulacan, Cavite, Laguna e Rizal vão regressar, nesta terça-feira, ao confinamento até 18 de agosto, depois de 80 das associações médicas, representando milhares de médicos e enfermeiros, terem assinado no sábado uma declaração conjunta apelando a uma nova abordagem à covid-19, uma vez que após cinco meses os hospitais estão superlotados e o pessoal médico exausto. “Compreendo perfeitamente porque

é que os nossos trabalhadores da saúde estão a pedir uma pausa. Estão na linha da frente há meses e estão exaustos”, admitiu o presidente Rodrigo Duterte.

Apesar de ter imposto um dos confinamentos mais longos e rigorosos do mundo - cinco meses na capital - as Filipinas são o único país da região que ainda não quebrou a curva de infecção, que tem vindo a aumentar constantemente desde Março, devido a deficiências nos testes e no rastreio de contactos. A fase de confinamento aprovada para a capital e arredores - onde se concentra 67% da actividade industrial - restringe completamente a circulação.



ÁREAS DE RISCO

Alemanha decreta testes obrigatórios

A Alemanha anunciou a obrigatoriedade de se fazer testes para quem chegue de áreas consideradas de risco.

O ministro da Saúde, Jens Spahn, garantiu que o novo processo deverá entrar em vigor esta semana, sem especificar o dia. “Queremos coordenar-nos bem com todos os estados federados, para que possa ser possível implementar esta medida nos aeroportos e nas estações de comboio. Por isso, é importante fazê-lo bem”, sublinhou.

Até agora, os viajantes provenientes de áreas consideradas de risco pelas entidades de saúde da Alemanha têm sido obrigados a uma quarentena de 14 dias.

Desde sábado, todos os que cheguem ao país podem fazer um teste gratuito nas primeiras 72 horas, mesmo que não apresentem sintomas.

O governo alemão assume ter agora maior capacidade para realizar testes, mais de um milhão por semana, de acordo com números avançados pelo ministro da Saúde. Espera, por isso, que os contágios possam ser mais controlados.

O país contabiliza, desde o início da pandemia covid-19, mais de 210 mil casos.

Marcas & Estilos



Goles exclusivos

O consumo de uísque de primeira qualidade enfatiza a forma e a função, sem comprometer o sabor ou o estilo. O copo da Whisky Wedge mantém todas essas qualidades desejáveis em equilíbrio preciso. Essas exclusividades encerram uma forma de gelo especial e perfeita no copo.



Melhor ainda!

Em tempos de pandemia, a elevação deve abranger as medidas de protecção. E a máscara facial da Camo, feita com tecido DP a partir de 100% algodão, dá-lhe esta garantia. Melhor ainda! Torna-o mais seguro. Lavável na máquina, cada peça é única e de uso individual.



AUTOMÓVEL

Elegância, prestígio, e excelência

A Aston Martin é uma marca britânica de carros de luxo desportivos. Fundada em 1913 por Lionel Martin and Robert Bamford, tem uma história um pouco atribulada. Apesar de ser uma marca forte, bem sucedida, experimentou dificuldades e chegou a estar falida nos anos 70. Já foi pertença de uma família e também da Ford Motor Company desde 1994 até 2007.

O símbolo é composto por um rectângulo verde por cima de asas brancas e no qual se inscreve o nome da marca em maiúsculas. As asas, usadas por tantas outras marcas nos símbolos, representam a vertente desportiva e a liberdade criativa. As cores escolhidas são o preto, o verde e o branco e simbolizam elegância, prestígio, e excelência.

AGENDA

LUANDA

ATÉ 31 DE AGOSTO

Exposição 'Sínteses - Um artista, múltiplas linguagens' de Álvaro Macieira, no Centro Cultural Camões. Os interessados podem marcar a visita pelo e-mail: icamoes.ccluanda@gmail.com ou pelo terminal telefónico 938141858.

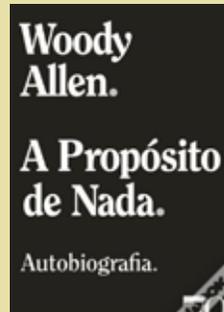
8 DE AGOSTO

'Show do Mês Live' com a Orquestra Camerata de Luanda, às 16 horas, na TPA 2 e TPA Internacional.

9 DE AGOSTO

'Live no Kubico' com as Gingas do Maculusso, com transmissão na TPA 1, a partir das 14h30.

LIVROS



EM 'A PROPÓSITO DE NADA', Woody Allen, célebre realizador, comediante, argumentista e actor, oferece uma visão tão abrangente quanto pessoal da sua tumultuada vida. Começando pela infância em Brooklyn, relata os dias difíceis no stand-up, antes de alcançar reconhecimento e sucesso.



COMO BENEFICIAR DA INSTITUIÇÃO governamental e, ao mesmo tempo, evitar a ameaça que ela constitui para a liberdade do indivíduo? Em 'Capitalismo e Liberdade', Milton Friedman apresenta a argumentação da sua filosofia económica, que se viria a tornar influentíssima.



TURISMO

Identidade própria

Ligada a Copenhaga pela ponte Oresund, a cidade sueca de Malmo recebe cada vez mais admiradores da cultura escandinava. Localizada a Sul da Suécia, Malmo tem as temperaturas mais agradáveis do país, um clima de vida urbana tranquilo e muita natureza. A travessia de Copenhaga para Malmo pela ponte Oresund é uma atracção por si só. A construção teve início em 1991, com o objectivo de vincular interesses mútuos. Os dois países participaram com 50% cada um no financiamento do projecto. Para uma experiência aconchegante e diferente, o restaurante Bastard oferece uma verdadeira aula de culinária. O menu degustação é uma óptima forma de experimentar de tudo um pouco e, em especial, as cervejas e vinhos, que são deliciosos!

PARA TRAVAR CONFLITO ENTRE HOMEM E ANIMAL

Fundo Global aposta 4,1 milhões USD para o ambiente

CONSERVAÇÃO. Com o financiamento, pretende-se reduzir problemas do comércio ilegal, de conflitos entre as comunidades e os animais nas áreas de conservação e melhorar a legislação actual.



Parque Nacional do Bicular, na Huíla, estabelecido como reserva de caça em 1938 e transformado em parque nacional em 1964.

O Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) assinaram, na passada semana, em Luanda, um memorando para a implementação do projecto de protecção e mitigação do conflito homem/animal, e de combate ao comércio ilegal da fauna e flora nativas.

O projecto, que conta com o financiamento do sexto ciclo do Fundo Global para o Ambiente (GEF 6), está avaliado em 4,1 milhões de dólares.

De acordo com o representante do PNUD, Goetz Schroth, o

programa solicitado pelo extinto Ministério do Ambiente, em 2017, teve a aprovação em Junho deste ano e terá uma duração de seis anos.

Segundo Goetz Schroth, o projecto, que deverá ser de âmbito nacional, vai prestar maior atenção, numa primeira fase, às áreas de conservação ambiental de Maiombe, em Cabinda e do Loando, em Malanje.

Com a iniciativa, pretende-se, afirmou o responsável, reduzir os problemas do comércio ilegal, de conflitos entre as comunidades e animais nas áreas de conservação, bem como trabalhar na estratégia e melhoria da legislação actual e na formação de quadros.

O acordo foi assinado à margem do workshop sobre Comité de

MEMORIZE

Os parques nacionais de Angola são: da Quissama, em Luanda; Kangandala, em Malanje – onde se localiza o Santuário da Palanca Negra Gigante; Bicular, na Huíla; Iona, no Namibe; Cameia, no Moxico; do Mupa, no Cunene; do Mavinga e Luengue-Luiana, no Cuando-Cubango.



8

Total de parques nacionais de que o país dispõe, além de sete reservas naturais.

pilotagem no âmbito do projecto de expansão e fortalecimento do sistema das áreas protegidas em Angola pela ministra da Cultura, Turismo e Ambiente, Adjany Costa, e o representante residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Edo Stork.

Novos fiscais em formação

A directora do Instituto Nacional da Biodiversidade e Áreas de Conservação (INBAC), Albertina Nzunze, garante que novos fiscais para reforçar o corpo de protecção dos parques e áreas de conservação do país começam brevemente a ser formados.

Trata-se de 250 ex-militares, que serão distribuídos nos Parques Nacionais da Quissama, em Luanda; Bicular, na Huíla, e Kangandala, em Malanje, no âmbito de um acordo de cooperação com o Ministério da Defesa Nacional e dos Veteranos da Pátria.

No âmbito do projecto de expansão e fortalecimento do sistema das áreas protegidas em Angola, a formação terá a duração de 45 dias, para, posteriormente, serem distribuídos de acordo as necessidades dos parques.

Albertina Nzunze classifica os fiscais como “soldados da natureza”, que ficam nos parques e áreas de conservação para controlar e combater as situações ilegais, daí o reforço que se pretende nessas áreas. Angola dispõe de oito parques nacionais e sete reservas naturais, que cobrem uma área de 82 mil quilómetros quadrados (6,6% do território nacional). São os parques nacionais da Quissama, em Luanda; Kangandala, em Malanje – onde se localiza o Santuário da Palanca Negra Gigante; Bicular, na Huíla; Iona, no Namibe; Cameia, no Moxico; do Mupa, no Cunene; do Mavinga e Luengue-Luiana, na Cuando-Cubango.

A área protegida de Angola totaliza 188.650 quilómetros quadrados, mais de 15% do território nacional, num total de 18 áreas de protecção florestal e zonas de protecção local.

NÚMEROS DA SEMANA

92

Milhões de dólares, receitas arrecadadas pelo Governo com a privatização de 14 activos no âmbito do programa de privatizações, Propriv.

20

Milhões de euros, montante de apoio adicional que a União Europeia anunciou para Angola, no âmbito das medidas de alívio do impacto da covid-19.

35

Milhões de kwanzas, valor que o Governo declara ter gasto entre Abril e Maio para distribuir água aos cidadãos sem acesso à rede pública.

29,7

Mil milhões de kwanzas, fundos que foram acrescentados ao pacote do programa Prodesi para a sua operacionalização.

Omatapalo pode ser levada a tribunal

Construtora, em que o governador da Huíla, Luís Nunes, terá interesses, pode ser levada a tribunal por suposto abandono, há cerca de 12 anos, da reabilitação do estádio das Cacilhas no Huambo.

Amílcar Kandimba, presidente de direcção do Benfica do Huambo (ex-Mambroa), afirma que o abandono da empreiteira tem causado desesperos no seio da massa associativa do 'histórico' do Planalto Central.

"Estamos a reivindicar o abandono das obras de reabilitação do estádio, cujo responsável é a construtora Omatapalo. Nunca nos deram explicações", observa Kandimba, prometendo "levar a tribunal a empresa que devia devolver uma nova imagem ao recinto desportivo". Kandimba também se sente inconformado pelo facto de o processo que culminou com a demolição do anterior estádio e construção de um novo estádio ter sido uma decisão unilateral do governo local. A direcção do clube não foi notificada. "Depois de o governo provincial ter feito todas as diligências, apenas fomos informados para participar do lançamento da primeira pedra, sendo que a mesma, na altura, contou com a presença de várias entidades, com destaque para o então ministro da Juventude e Desportos, Gonçalves Muandumba, e o ex-secretário de Estado para as Obras Públicas e Urbanismo, Joanes André, actualmente deputado. Fomos colocados à margem de todas as diligências, mesmo sendo os beneficiários directos", lembrou Kandimba.



Mário Mujetes © VE

PARA A NAMÍBIA

Embalvidro vai exportar garrafas

Afábrica Embalvidro, localizada na Zona Económica Especial (ZEE), vai começar, dentro em breve, a exportar embalagens de vidro para a Namíbia, de acordo com o director financeiro e membro da comissão executiva, Ricardo Dias. Fruto da capacidade de produção mensal de 51 toneladas de vidro, nomeadamente garrafas e frascos, utilizados por indústrias de bebidas e alimentar.

"O mercado nacional possui fornecimento em excesso de garrafas de vidro. Por isso, apostamos na exportação.

Estamos prestes a enviar o primeiro lote para a Namibia Breweries", anuncia Ricardo Dias, tendo avançado a pretensão de, nos próximos tempos, exportar para a República Democrática do Congo e para a África do Sul.

Com um investimento de cerca de 100 milhões de dólares, dos quais 85 milhões de dólares em equipamentos e na construção da infra-estrutura, o empreendimento ligado a Isabel dos Santos, opera desde Dezembro do ano passado com 84% da matéria-prima nacional, com destaque para a areia extraída no perímetro da ZEE. A produção é assegurada por 150 trabalhadores, dos quais 10% são estrangeiros.

INTENÇÕES DE INVESTIMENTO

Só 57 das mais de 200 implementadas

A Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola (Aipex) registou, até ao final de Junho deste ano, cerca de 286 intenções de investimentos avaliados em cerca de 2.812 mil milhões de dólares. A maior parte das intenções de investimento foi demonstrada na Indústria e Comércio, cujos investimentos estão avaliados em 1.4 mil milhões de dólares e 139 milhões, respectivamente.

Do número de propostas, apenas 57 foram implementadas no valor de 909 milhões de dólares. O que possibilitou a criação de 4.890 postos de trabalho directos. No entanto, estão

em fase de implementação 221 projectos, enquanto três aguardam pelo mesmo processo.

A maior parte das intenções de investimento são provenientes da África do Sul, num valor de 676 milhões de dólares; China, 184 milhões, e dos Emirados Árabes Unidos, 82,7 milhões.

